

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
28063 H.-3542<sup>3</sup>  
BIBLIOTECA

**História do Trabalho e das Ocupações**  
Coordenação de Nuno Luís Madureira

- Vol. I: Madureira, Nuno Luís (org.), *A Indústria Têxtil*
- Vol. II: Amorim, Inês (org.), *As Pescas*
- Vol. III: Martins, Conceição Andrade e Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*

NUNO LUÍS MADUREIRA (COORDENADOR)

# HISTÓRIA DO TRABALHO E DAS OCUPAÇÕES

VOL. III — A AGRICULTURA: DICIONÁRIO DAS OCUPAÇÕES  
Organização de Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Freitas Monteiro

Para a biblioteca de  
I.C.S.

*ELF.*  
Nuno G. de

**CELTA EDITORA**  
OEIRAS / 2002

© Nuno Luís Madureira (coordenador), 2002

Nuno Luís Madureira (coordenador)  
**História do Trabalho e das Ocupações**

**Vol. III — A Agricultura: Dicionário das Ocupações**  
Organização de Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Freitas Monteiro

Primeira edição: Junho de 2002  
Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 972-774-133-9  
Depósito legal: 181248/02

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora  
Capa: Mário Vaz | Arranjo e imagem: Paula Neves  
Impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda. Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

**Celta Editora**, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal  
Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal  
Tel.: (+351) 214 417 433  
Fax: (+351) 214 467 304  
E-mail: mail@celtaeditora.pt  
Página: www.celtaeditora.pt

## ÍNDICE

Sobre os autores .....	vii
Introdução .....	1
1 Proprietários, lavradores, rendeiros .....	15
2 Trabalhadores .....	139
3 Outros .....	269
4 Análise etimológica dos nomes de ocupação .....	349
Referências bibliográficas .....	369
Índice remissivo .....	409

nacional não só as quebras foram bastante menos acentuadas, como a produção aumentou significativamente a partir da viragem do século. Estudos recentes (Lains, 1990; Lains e Sousa, 1998; Sousa, 1996) mostram que a produção de arroz não regrediu tanto no último quartel do século XIX (anos 1870 a 1900) quanto o deixavam pressupor alguns relatórios da época e que cresceu a partir de 1902 (o índice da produção de arroz passou de 75 em 1847/52, para 97 em 1853/61 e para 138 em 1862/72; baixou para 110 em 1873/88 e para 104 em 1889/1901; e subiu para 168 em 1902/15), o que, de resto, se enquadra no que dizia em 1883 Henrique de Mendia. Que os "consideráveis interesses de tão lucrativo aproveitamento cultural" levavam os proprietários e cultivadores de arroz a resistir abertamente a reduzir a sua área de cultura, ou a submetem-se, "em aparência", às medidas restritivas apenas para as combaterem "por outra forma" e conseguirem o seu levantamento, como aconteceu no distrito de Coimbra em 1881/82 (Mendia, 1883). Orlando Ribeiro (1986) considera, aliás, que no vale do Mondego as crises mais graves de paludismo não tiveram origem local, mas foram "importadas" pelos ranchos de ceifeiros que se deslocavam sazonalmente para as ceifas nos arrozais do Sado e voltavam "infestados", exacerbando a doença; e que na região da ria de Aveiro "o sezonismo foi raro" em virtude da grande quantidade de gado estabelecido aí existente constituir uma fonte de aprovisionamento mais "atractiva" para os mosquitos. Reportando-se ao estudo de Cambournac *Sobre a Epiderminologia do Sezonismo em Portugal*, Orlando Ribeiro (*ibidem*) destaca de entre as regiões com condições mais favoráveis ao desenvolvimento do paludismo o vale do Sado, e neste em especial o concelho de Alcácer do Sal que, por isso, tinha uma das mais baixas densidades populacionais do país. Propícias à "endemia sazonal" eram também as condições naturais do Ribatejo e o Baixo Alentejo Ocidental.

As modificações que foram sendo introduzidas nas condições de produção, nomeadamente ao nível da salubridade, que melhorou significativamente com a drenagem dos terrenos, bem como os estudos de Moraes Sarmiento sobre a malária também contribuíram para atenuar a má vontade das populações contra a cultura do arroz que, por outro lado, voltou a beneficiar nos anos 1930 de um regime pautal que lhe era favorável e da garantia dos preços e do escoamento da produção através da Comissão Reguladora do Comércio do Arroz. Assim, após a rápida expansão dos anos 1850 a 1870 a área rizícola manteve-se relativamente estável até à viragem do século e voltou a crescer nas décadas seguintes (mais que duplicou entre 1910 e 1930 e aumentou cerca de 50% entre 1930 e 1937), enquanto a produção, por seu lado, cresceu ainda mais (quase quadruplicou neste último período) e passou a suprir as necessidades do consumo interno (vide Seabra, 1938).

Descendo das "gândarras e descampados" da Beira Litoral até ao Algarve a cultura do arroz fixou-se sobretudo nas bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego, Liz, Sorraia, e Sado, constituindo nestas regiões uma

importante fonte de renda tanto para os proprietários, como para as populações rurais que nela se empregavam "largamente". Em meados do século XX calculava-se que as despesas com mão-de-obra representassem cerca de metade do valor bruto da produção de arroz, o que fazia desta uma das culturas socialmente mais úteis. Actualmente (RGA de 1999) a cultura do arroz ocupa uma área de aproximadamente 25.000 hectares, maioritariamente situados no Alentejo (40%) e na região de Lisboa e vale do Tejo (35%). Já relativamente às 2.180 explorações agrícolas que se dedicam a esta cultura temporária o maior número (60%) localiza-se na Beira litoral onde, por isso, a estrutura produtiva se apresenta mais fragmentada: cerca de ¼ das explorações têm, em média, uma dimensão inferior a 1 hectare e 56% entre 1 e 4 hectares. Os maiores orizicultores encontram-se, assim, no Alentejo, que reúne 45% das explorações rizícolas situadas nos escalões acima dos 20 hectares, e na região de Lisboa e vale do Tejo (33%)

[C.A.M.]

#### CAMPONÊS

Variante: campesino; campónio; rústico.

Marca específica da realidade portuguesa será certamente a inexistência de uma categoria jurídica ou de um vocábulo de uso corrente para designar o conjunto da população agrícola desde finais da Idade Média até ao impacto ideológico e semântico da Revolução Francesa na passagem do século XVIII para o XIX. O termo *camponês* raramente era utilizado antes dessa grande mutação. Durante a época moderna, era sobretudo no discurso dos juristas e em outros escritos eruditos que se aludia "ao homem do campo", mas usava-se preferencialmente para o designar a palavra "*rústico*", com fortes conotações depreciativas. Uma breve incursão pelos dicionários setecentistas confirma-nos o que antes se sugeriu. A palavra consta do dicionário de Bluteau, que a identifica com "homem do campo (...) que assiste mais no campo do que na cidade". O primeiro significado ("homem do campo") era também atribuído à palavra *rústico*, mas esta tinha como segundo sentido uma significação mais carregada: era o equivalente de "grosseiro, vilão, descortês", traduzia o estigma da "rusticidade", definida como "modo de obrar grosseiro e próprio de vilão". Na verdade, esta última expressão tinha uma difusão bem maior, como se disse. Um dicionário franco-português, editado em Lisboa em 1769, traduzia "païsan, anne" por "saloiu, saloia; rústico, rústica; grosseiro, grosseira, aldeão, aldeana", omitindo qualquer referência à palavra *camponês*, a qual aparece, no entanto, na primeira edição (1789) do dicionário de Moraes; *camponês* e *campónio*, "adj. pessoa do campo".

De facto, a expressão *rústico* denotava acima de tudo a falta de permeabilidade à cultura letrada, e constituía um tema recorrente do discurso dos

juristas no seu persistente combate contra as justiças não letradas (cf. Hespanha, 1984). A contraposição entre a cidade e o campo constitui um tema antigo, com múltiplas expressões literárias. No entanto, raras vezes a encontramos expressa com a veemência de um texto do conhecido magistrado tardo setecentista José António de Sá: fala da "estupidez, e ignorância, e pobreza dos lavradores de Trás-os-Montes", que "reputam-se como nascidos para servirem outros homens, e pensam que são a gente mais abjecta da república (...) estas ideias [são] comunicadas de pais a filhos numa educação selvática (...) de sorte que julgam muito superior a si qualquer homem da cidade, ainda de ocupação baixa, desde que vista de cor"; e concluía propondo reformas com as quais "deixariam de olhar para a palavra rústico, que aliás lhes devia suscitar ideias de nobreza, com desagrado, palavra que olham com tal desprezo que insultam com ela ainda os da cidade, que reputam menos civis e sem cortesia" (MEI, 1987).

A importação do vocábulo *camponês* e a sua primeira e mais ampla difusão far-se-ão, assim, ao longo do século XIX sob o impacto directo da Revolução Francesa, no decurso da qual a palavra tem uma ampla utilização, inclusivamente em petições de auto denominados representantes da "classe paysanne" (Poitiers, 1789, cit. em Goubert, 1975). É certo que conhecemos antecedentes, sempre de proveniência mais ou menos erudita. Reportando-se ao Entre-Douro-e-Minho, em 1788, Rebelo da Costa refere que "a lavoura é ordinário exercício de camponeses e lavradores" (Costa, 2001) e, de entre as peças representadas no teatro da Rua dos Condes nas vésperas do primeiro liberalismo (1815), lá vamos encontrar "O galego impertinente e o campones desprezado". Casos raros, de todas as formas, pois, não obstante a recorrência da questão agrária no contexto da primeira experiência liberal (1820-1823), é da "escravidão do lavrador" que preferencialmente se fala. Nas petições agrárias às cortes, entre outras, recorre-se sobretudo a expressões como "lavradores", "o povo" de tal ou tal terra, ou, por vezes, fala-se de "colonos" (cf. Silbert, 1968). E, mesmo nos debates parlamentares, nos quais às vezes se chega a falar de "classe agronómica" e já se referem com frequência "os proprietários", a palavra *camponês* encontra-se praticamente ausente, embora possa ocasionalmente surgir na imprensa dos anos 20 de oitocentos.

Na verdade, embora nunca se substituindo ao vocabulário tradicional, é sobretudo em meados do século e com um claro cunho literário que o vocábulo se difunde. Também na iconografia, na designação de gravuras e pinturas geralmente com alguma inspiração do exterior, o termo se difunde. Em textos redigidos em 1848 e depois publicados no livro *A Felicidade pela Agricultura*, António Feliciano de Castilho retoma um tema depois muito glosado: "não se instruiu ainda o camponês; a tarefa de séculos não cabe em dias; mas fez-se-lhe entrever a sua ignorância; é uma grande passada no caminho do futuro" (Castilho, 1850). Depois, a palavra vai ganhando uma ampla difusão em diversos registos. Nos anos 80, por exemplo, a propósito das dificuldades

dos viticultores, António Augusto de Aguiar fala de "hostes pacíficas dos camponeses" (Aguiar, 1886), e, quando pretende fazer a apologia do sistema da parceria agrícola, Paulo de Moraes refere que permitiria "melhorar as condições do camponês" (Moraes, 1889). Num como no outro dos casos citados, o *camponês* surge associado ao pequeno agricultor familiar. Não era esse, porém, o único sentido conferido à palavra na época. Embora com diversas designações, é então que adquire ampla difusão através da literatura novelística e parte dos seus principais expoentes uma imagem do mundo rural em geral que tende a acentuar, precisamente, a apatia, o conformismo e a permeabilidade à manipulação política (Almeida, 1990).

A intensa sindicalização dos assalariados rurais no início da República, culminando com as mobilizações de 1912, não se traduziu numa difusão imediata do termo a que nos vimos referindo. Com efeito, os sindicatos de inspiração anarco-sindicalista auto denominavam-se "Associações de Trabalhadores Rurais" (para se distinguirem do associativismo patronal), designação adoptada por um dos seus periódicos, e preocupavam-se sobretudo com o problema do emprego e não com a posse da terra. Só muito mais tarde, correspondendo curiosamente à crescente influência do PCP, se procurará difundir a ideia de que aos trabalhadores rurais do Sul desejavam a repartição das terras, política oficial do partido até aos anos 70, traduzindo-se exemplarmente esse esforço para assimilar os interesses dos assalariados rurais e dos pequenos agricultores familiares na publicação, a partir 1947, de um periódico intitulado *O Camponês* (Pacheco Pereira, 1980). Embora a imensidão dos registos possíveis não consinta um inventário sistemático dos usos da palavra, pode afirmar-se que essa associação foi um dos factores que contribuíram para a ambivalência generalizada dos significados do termo *camponês* na literatura e no publicismo do século XX.

Na verdade, a palavra *camponês* manteve, mesmo nos domínios mais especializados da investigação histórica e do âmbito das ciências sociais, uma utilização polarizada entre dois significados distintos. Por um lado, tem servido para designar genericamente o habitante dos campos, pressupondo-se que essa dimensão lhe conferia uma identidade social e cultural própria, contraposta a outras. Por outro lado, a palavra tem sido utilizada num sentido mais restrito para caracterizar os pequenos agricultores familiares, ou seja, aqueles que detinham uma unidade de produção, própria e/ou arrendada, dependente sobretudo da mão de obra fornecida pelo respectivo grupo doméstico.